

Aspectos históricos da educação no Brasil *versus* violência física na infância: reflexões

History aspects of education in Brazil versus physical violence during childhood: reflections

Janete Ricas¹, Miguir Terezinha Vieccelli Donoso²

RESUMO

O texto foca a relação entre o processo de educação de crianças no Brasil e a prática de castigos físicos. Por meio de revisão de literatura, as autoras refletem sobre as questões contextuais de violência física e a evolução do papel da criança na sociedade. Aborda a família e a escola na vida da criança, enfatizando as suas relações e o castigo físico nesses dois âmbitos. As autoras concluem que as formas de educação da criança hoje ainda apresentam traços históricos culturais que favorecem fortemente a prática de violência física na infância, colocando a questão das mudanças culturais como ponto estratégico para o combate à violência no país.

Palavras-chave: Violência; Criança; Maus-Tratos Infantis; Violência Doméstica; Educação/história.

ABSTRACT

The text focus is on the relationship between the children education process in Brazil and the corporal punishment practice. Through the literature review, the authors reflect on the contextual issues of physical violence and the evolution of children's role in the society. It discusses the family and school on children's life, emphasizing their relationship with corporal punishment in both areas. The authors Conclusion is that the forms of education of children today still show historic cultural traces that strongly favor the practice of physical violence in childhood, raising the issue of cultural changes as strategic point for fighting violence in the country.

Key words: Violence; Child; Child Abuse; Domestic Violence; Education/history.

INTRODUÇÃO

Na nossa sociedade, a violência física, outras formas de abuso e desrespeito aos direitos humanos não estão apenas nítidos, mas também banalizados. A criança, pela sua relativa fragilidade física e emocional, está fortemente exposta e sofre seriamente as consequências deste contexto de "fragilidade social". As mortes e acidentes evitáveis, o fracasso escolar, a negligência, a exploração da mão-de-obra infantil, o espancamento e o abuso sexual fazem parte da realidade observada no dia-a-dia de quem trabalha com a saúde e educação de crianças, mas também claramente evidenciada na mídia, estampada em jornais e noticiários de televisão. Bauer¹ estima que anualmente ocorram 1.000.000 de casos de maus-tratos de crianças no mundo. Considera, ainda, que muitos casos de abuso e de negligência não são noti-

Recebido em: 19/05/2010
Aprovado em: 04/06/2010

Instituição:
Escola de Enfermagem da UFMG,
Belo Horizonte, MG - Brasil.

Endereço para correspondência:
Campus da Saúde. Escola de Enfermagem da UFMG

Avenida Alfredo Balena, 190 - sala 216.
Santa Efigênia
Belo Horizonte, MG - Brasil
CEP: 30.130-100
Email: miguir@enf.ufmg.br

ficados ou são inconsistentes. Por isso, o número das crianças abusadas, negligenciadas e mortas pode ser ainda mais elevado. A UNICEF considera que 18.000 crianças e adolescentes sejam diariamente espancados no Brasil.²

A compreensão desse fenômeno pelos profissionais de saúde e da educação é essencial, por exercer papel crucial na detecção dos casos de violência e também pela ação fundamental na promoção da saúde, na prevenção do agravo e no acompanhamento das crianças vitimadas. Segundo Minayo³, a visão do setor saúde sobre a questão da violência tem duas vertentes. A primeira foca a questão a partir de uma reflexão filosófica e teórica. A segunda é operacional, fundamentada na constatação de danos biológicos, emocionais e físicos que sua dinâmica causa na qualidade de vida das vítimas. A autora frisa a necessidade de integração das duas vertentes, para a produção de conhecimentos não somente a partir dos dados epidemiológicos, mas também de dados qualitativos que permitam a compreensão dos contextos mantenedores ou geradores da violência, de forma a permitir abordagem ampliada da questão da violência.

A literatura tem mostrado a associação de vários fatores - individuais ligados à criança, fatores familiares e fatores sociais - com a violência^{4,5}. Ligados à criança: idade; gênero; características físicas; características emocionais, de personalidade e comportamento.

Em relação à família, citam-se as seguintes associações: doença mental na família, sobretudo dos pais; uso de substâncias psicoativas, principalmente o álcool; cultura familiar; história de maus-tratos na infância dos pais; violência entre os cônjuges; família monoparental; não-acesso a estruturas de suporte social; ignorância acerca de estratégias educativas e crença no poder pátrio.

Finalmente, os seguintes fatores sociais mais amplos associam-se à violência: pobreza e desigualdade social; aceitação cultural da violência; ausência de suporte social e jurídico; desemprego e baixa escolaridade dos pais.

Como se pode observar, as questões históricas e sociais, além de serem indicadas como diretamente associadas à violência, perpassam outros fatores identificados, tais como gênero, diferenças físicas, história de maus-tratos na infância, ignorância de estratégias educativas alternativas, crença no poder pátrio, etc. Entre os fatores históricos culturais, destacam-se na literatura, de forma interdependente, a percepção social sobre a criança - que determina o seu valor e lugar

social e seus direitos e deveres em época e cultura específica - e as práticas educativas e disciplinadoras utilizadas pela sociedade, família e escola.

Vários estudos mostram que a história social mais ampla e a história da educação integram a memória discursiva sobre a educação na nossa época, estando presentes no discurso dos educadores e em outras formações discursivas, refletindo-se nas atitudes individuais do dia-a-dia, nas relações familiares e nas práticas sociais.⁶ Desta forma, a busca pela compreensão da violência física relacionada ao processo educativo remete à necessidade de conhecimento da história da educação no Brasil. Este texto discorre sobre o fenômeno, focando especialmente o lugar social da criança, da família e da escola, as práticas disciplinadoras usadas nessas instituições e as interações entre as mesmas, buscando contextualização nos aspectos históricos sociais, políticos e econômicos mais amplos. Tomam-se a família e a escola como instituições sociais que sofrem influências e influenciam o contexto histórico-social mais amplo. Assim, as questões políticas, econômicas e sociais mais abrangentes refletem e conformam a estrutura, a função e as relações dessas instituições, incluindo a relação com a criança. Espera-se contribuir para a compreensão e reflexão da prática de violência física na infância hoje, de modo a buscar alternativas no seu processo de enfrentamento.

OBJETIVO

Este trabalho realiza um apanhado da história da educação da criança no Brasil, focalizando-se em crenças, atitudes e práticas de épocas e o seu processo de transformação, de modo a contribuir para a reflexão sobre as crenças, atitudes e práticas atuais, hoje consideradas violentas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para este estudo, realizou-se revisão de literatura por meio de busca nas bases de dados SCIELO, MEDLINE, LILACS e BDNF, combinando-se os descritores violência física, infância e história da educação. Os critérios de inclusão foram: artigos em português ou em inglês publicados nos últimos 10 anos. A análise dos dados foi realizada mediante uma síntese, relacionando-se o exposto pelos autores e a finalidade desta

revisão. Também se utilizaram livros tradicionalmente relacionados à trajetória da educação e da infância no mundo, textos disponíveis nos periódicos CAPES e publicações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG, incluindo-se busca secundária de trabalhos citados em teses e dissertações da UFMG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel da criança na sociedade ao longo dos tempos

O conceito de violência não é dado *a priori*, ou seja, não é natural. Sendo socialmente construído, ganha diferentes conotações e significados em épocas e culturas diferentes. Desta forma, não se trata de “julgar o passado” ou outras culturas, mas de descrever a provável origem de crenças e atitudes que persistem implícita ou explicitamente na nossa época e que são hoje, de acordo com os atuais valores, consideradas violentas. Faz-se também necessário ressaltar que a história consiste sempre em construção feita a partir de sujeitos cuja visão de mundo, sentimentos e valores são moldados a partir da sua época e da sua cultura. Portanto, os recortes e sua interpretação guardam fortemente “a marca do presente”, com tudo que isto significa em termos de interesses econômicos, políticos e sociais.

Segundo Tourinho⁷, historicamente, o papel da criança e do adolescente na humanidade foi quase nenhum, o que teria desencadeado a violência contra os mesmos. As crianças e os adolescentes durante muito tempo teriam representado segmentos completamente ignorados pela sociedade. As situações de abandono, de maus-tratos e de rejeição encontrados nos relatos históricos e literários poderiam refletir, para o autor, de forma verdadeira, o pouco ou nenhum valor com que grande parte da população ocidental, até recentemente, visualizava o universo das crianças e dos adolescentes.⁵

A história mostra que o infanticídio, o abandono e o uso de crianças para o trabalho e a guerra foram comuns desde a Grécia Antiga até recentemente, na civilização ocidental. Em Roma e na Grécia, uma criança poderia ser eliminada por não ser desejada, por motivos religiosos, por ser filho ilegítimo ou para controle populacional. Em Esparta, aos seis ou sete anos, os meninos passavam a residir com um adulto

militar, que se encarregava de sua educação. O trabalho infantil escravo foi comum na Europa, sendo ilustrativo o fato de que somente no século XIX foi estabelecida a primeira lei, o *Factory Act*, na Inglaterra, que estabelecia o limite mínimo de idade para o trabalho nas minas de carvão.⁸

Philippe Áries⁹ advoga que o “sentimento” da infância teria se iniciado na Europa, no renascimento, tendo sido necessária longa evolução ao longo dos séculos para que realmente se arraigasse às mentalidades. Kohan¹⁰, em análise de parte da obra de Platão, entretanto, procura mostrar como essa fase da vida foi motivo de preocupação para o filósofo. Com essa análise o autor declara que entre os seus objetivos estaria o de:

Oferecer elementos para problematizar uma visão já consolidada entre os historiadores da infância — particularmente desde o já clássico História social da infância e da família de Philippe Ariès —, segundo a qual a infância seria uma invenção moderna e ela não teria sido “pensada” pelos antigos enquanto tal.^{10:11}

Segundo essa análise, em Platão, a criança seria vista como potencialidade e, portanto, sem o reconhecimento do “ser” em cada momento, estando o seu valor associado a expectativas políticas, isto é, como material para modelagem a partir da educação, para a construção da *polis* utópica.

O sentimento de infância, tal como o conhecemos hoje, teria tido, segundo Áries¹¹, suas primeiras manifestações perceptíveis em documentos e na iconografia, na Europa Central, no final da Idade Média, tendo tido a Igreja Católica papel de relevo no surgimento e evolução do mesmo. Essa nova forma de ver e sentir teria tido como consequência novas formas de educação e de relação com a criança, impulsionando o surgimento de escolas, de iniciativa e domínio exclusivamente religioso nos primeiros séculos. Essa nova forma de ver e de sentir estaria também na origem da crença sobre o amor inato e espontâneo da mãe pelo filho¹², que está na base do estranhamento que se sente hoje em relação ao abandono e infanticídio cometidos pelos pais, sobretudo pela mãe.

Sinteticamente, a situação da criança na Europa teria evoluído de uma situação de abandono e infanticídio tolerados, ausência de identidade própria, vínculos frágeis e precariedade dos cuidados, para situações progressivas de proteção e reconhecimento de direitos no Renascimento e Idade Moderna. Esse

movimento teria se dado por influência de mudanças na própria Igreja e no crescimento das cidades com nova organização social e aparecimento da burguesia. Citam-se, além desses fatores, preocupações políticas com as ameaças demográficas, a influência das ideias iluministas que defendiam a “inclusão das minorias” e, mais tarde, o início da industrialização e do crescimento da Ciência, que começa a impor novas formas de hábitos, relações e comportamentos às famílias como forma de controle social da saúde. Frisa-se que essa evolução da situação da criança, até chegar ao estado de direito que é hoje defendida, não foi processo rápido, homogêneo e linear. Desde a promulgação da primeira lei conhecida, voltada para a criança, proibindo o infanticídio no ano 374 d.C.¹², até a promulgação da Declaração dos Direitos da Criança em 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, 600 anos se passaram.

Embora com forte sustentação da Igreja, a educação veio sofrendo influências gradativas da Ciência, que passou, dessa forma, a ditar cada vez mais princípios e métodos educacionais no seio das famílias e da escola. De acordo com Donzelot¹³, a partir de meados do século XVIII, como sinal, consequência e, ao mesmo tempo, determinante da mudança contínua e gradativa do lugar social da criança, floresceu na Europa abundante literatura sobre o tema de sua conservação. Essa literatura foi produzida por médicos, administradores e militares, que colocavam em questão os costumes educativos do seu século, visando três alvos privilegiados: a prática de hospícios de menores abandonados, a criação dos bebês por amas-de-leite e a educação “artificial” das crianças ricas. Além de outros males, segundo o autor, essas três práticas sociais da época, com seu encadeamento circular, gerariam o empobrecimento da nação e o enfraquecimento de sua elite.

Transformações na família brasileira

A história da educação e da criança no Brasil, após a descoberta e a colonização, a partir do século XVI traz a marca da história europeia, com forte influência religiosa no início e, posteriormente, também da Ciência, fazendo-se notar na família e na escola, instituições socialmente investidas do direito e dever da educação da criança.

A influência da Igreja Católica na educação da criança brasileira se fez sentir não só pelo carrea-

mento e manutenção das crenças e hábitos europeus por parte dos imigrantes colonizadores, mas também por ação direta dos jesuítas na educação. Segundo Chambouleyron¹⁴, além da conversão dos pagãos, o ensino das crianças teria sido uma das principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus desde o início da sua missão no Brasil, em que o castigo físico severo era recomendado, sendo prática também usual no Brasil Colonial:

Nas aldeias administradas pelos jesuítas, Mem de Sá mandara fazer tronco e pelourinho, “por lhes mostrar que têm tudo o que os cristãos têm”, como escrevia a Dom Sebastião e, também, “para o mineirinho meter os moços no tronco quando fogem da escola”[...].^{14:62}

Na colônia e nos primeiros tempos da Independência, são a Igreja e o senhor-de-engenho que ditavam as regras do “bem-viver”. No entanto, a corte portuguesa com a vinda da família real, o crescimento das cidades e o término da escravidão aumentaram a influência dos costumes citadinos, levando a modificações do universo familiar da colônia. A importância das “famílias coloniais”, restritas à fazenda e ao engenho, foi gradativamente substituída pela das “famílias colonizadas”. Como consequência, as famílias foram diminuindo em seu formato, em razão do afastamento dos escravos e também de familiares distantes, até adquirir, posteriormente, características da família nuclear atual. Para esse processo contribuiu também a Revolução Industrial, que criou nova diferenciação entre vida urbana e rural, com predomínio cada vez maior da primeira, e restringiu ainda mais o número de pessoas constituindo o núcleo familiar. A influência dos costumes burgueses e dos modismos dessa sociedade urbanizada causou efeitos no relacionamento entre pais e filhos, principalmente quanto aos cuidados. Embora a população da época não se restringisse a essas famílias, elas constituíam a elite econômica e política da época, com forte influência ideológica sobre as demais. A instituição familiar nessa época era caracterizada por permanente estado de mau funcionamento, sendo considerada pelas instâncias do poder e pela Ciência como incompetente, incapaz e sem qualidades para educar as crianças. Considerava-se que a família colonial não sabia administrar a saúde física dos filhos. A família colonizada, por outro lado, não se encarregava da higiene e da educação de suas crianças, por submissão a outros interesses

imposta pela sua nova realidade social, incluindo costumes citadinos trazidos pela cultura europeia, determinando novos hábitos e valores sociais.¹⁴

A campanha levada pelos médicos higienistas para modernizar a família brasileira, no século XIX, intervindo intensamente nessa situação, constituiu-se em importante marco da influência da Ciência na educação, no seio da escola e da família, sobretudo da primeira. Esse movimento se posicionou contra ambas em sua campanha para modernizar a família brasileira.¹⁵ Na sua base estariam, além de motivos médicos e religiosos, motivações econômicas e de defesa da sociedade, mais do que a defesa das individualidades das crianças. Resolver o problema da infância seria cuidar do futuro da ordem social brasileira. Um dos mais ativos e destacados nomes do movimento higienista foi o do médico pediatra Arthur Moncorvo Filho, internacionalmente reconhecido pela sua atuação em defesa da infância, tendo sido o responsável em 1880 pela fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro.

Partindo do combate às causas da mortalidade infantil, o movimento foi pouco a pouco se introduzindo para todos os aspectos da vida familiar e escolar, normatizando e interferindo nos hábitos de vida, nas relações, na orientação familiar e na pedagogia infantil, tendo localizado a escola como a instituição ideal para a educação e proteção da criança. Com o objetivo de normatizar e controlar as famílias, foi delegada a estas, como representante do poder estatal, a função de educar de acordo com os preceitos da Ciência, em oposição a um saber desqualificado da família.

Enfatiza-se que, na visão dos higienistas, o poder paterno sobre a criança e a família estaria na base dos males por eles destacados. Esse poder teria se retraído a partir do início do século XX, por intervenção cada vez mais importante do Estado e da Ciência na família, mas sem desaparecer completamente. Também a influência da Igreja vem gradativamente diminuindo na medida em que o poder do Estado se dissocia da Igreja e na medida em que a Ciência vem substituindo a mesma no imaginário social como referência para afirmação da verdade. Entretanto, faz-se essencial a lembrança de que a influência religiosa permaneceu ainda muito tempo de forma explícita. Isto é atestado pelo fato de que, no final da década de 1920, 70% das instituições de ensino privadas em funcionamento no país eram vinculadas à Igreja Católica.¹⁶

A escola na vida da criança

No início do século XX, a escola ocupava no Brasil um lugar de apoio à família. A sociedade esperava que a escola educasse as crianças, além de transmitir conhecimentos. Contudo, ao longo de sua trajetória, a escola foi incorporando, mais rapidamente que a família, saberes científicos e se contrapondo aos saberes domésticos tradicionais. Assim, a escola instaurou-se como instância de poder, na qual o discurso da Ciência se contrapôs ao da família. A mentalidade que passou a vigorar era de que o discurso científico tinha mais *status* do que o da família, o que ocorre até os dias de hoje. No entanto, na primeira década do século XX a situação das escolas no Rio de Janeiro, então capital do país, era lamentável: casas com pouca estrutura eram alugadas e transformadas em escolas. Falta-va luz, água e ventilação. As doenças infecciosas se propagavam, sendo a escola considerada foco de alastramento de epidemias que atingiam também outros grandes centros do Brasil. Mesmo tendo diminuído em função da Ciência, o poder religioso na escola impunha severa disciplina, sendo as crianças submetidas a castigos nas escolas e em casa.¹⁶ Muitas crianças se afastavam da vida escolar por diversos motivos, entre eles as doenças, necessidade de trabalhar e medo de castigos físicos. Como visto, o movimento higienista, diretamente ou por intermédio do Estado, interferiu nas escolas, influenciando desde as questões arquitetônicas até as questões disciplinares e pedagógicas.

No final do século XIX, na Ciência, a pedagogia moderna instituiu novas formas de compreensão do indivíduo, colocando em relevo as suas características psicológicas, biológicas e sociais. Em decorrência disso, nas primeiras décadas do século XX, com as novas teorias, constatou-se que a família precisava, junto com a criança, ser incluída nos processos educativos e pedagógicos. Surge, então, o movimento da Escola Nova, iniciada com John Dewey, pedagogo, filósofo e psicólogo americano.

O avanço do processo de produção capitalista provocando transformações na estrutura familiar, com os pais trabalhando fora e um núcleo familiar cada vez mais reduzido, também teria reforçado o papel da escola e do Estado na educação.¹⁵

A partir da segunda metade do século XX, sobretudo na década de 1960, com a aceleração do processo de modernização da sociedade e novos contextos políticos, tem sido fortalecido um novo discurso no qual outros agentes, como juízes e policiais, além de

pais e professores, estariam encarregados de normalizar crianças e jovens a serviço da ordem social.

A Constituição de 1988 proclamou a proteção integral da criança e do adolescente. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, estabelece nova política estatutária do direito da infância e da juventude, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direito e, portanto, devendo ser reconhecidos como pessoas em desenvolvimento, como indivíduos com suas próprias necessidades e merecedores de proteção integral.¹⁷ O ECA possui 267 artigos garantindo direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes, discorrendo sobre políticas de saúde, educação, lazer, adoção, tutela e outras questões relacionadas à segurança e à proteção dos mesmos.

Vale notar que esse instrumento tornou obrigatória a notificação de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos (art. 13), prevendo penas para os médicos, professores e responsáveis por estabelecimentos de saúde e educação que deixem de comunicar os casos de seu conhecimento (art. 245).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da criança e sua inclusão na sociedade vêm despertando cada vez mais interesse no nosso meio e na mídia. Pretendeu-se, com este texto, mostrar que o pensamento atual sobre a relação da sociedade com a família e a escola e destas com a criança traz a marca da história social da criança e sua educação, atualizado pela realidade social contemporânea mais ampla e pela evolução do conhecimento científico. Além disso, deve-se considerar a influência de conceitos, crenças, sentimentos e atitudes de grupos específicos sobre a relação com a criança nas famílias e nas escolas.

Apesar de todos os avanços no reconhecimento dos direitos da criança, a violência física e outras formas de abuso constituem, ainda, práticas comuns, banalizadas e até mesmo legitimadas pela sociedade como fazendo parte do processo de educação, ainda que de maneira velada. Assim, um traço histórico cultural importante parece ser, ainda, a admissão do direito sem limites dos cuidadores e educadores sobre a criança.

Como visto, o nosso país possui leis avançadas no que tange ao respeito e ao tratamento de crianças e adolescentes. Entretanto, estas ainda estão longe de ser adequada e eficazmente aplicadas.

REFERÊNCIAS

1. Bauer KA. Covert video surveillance of parents suspected of child abuse: the british experience and alternative approaches. *Theor Med Bioeth.* 2004; 4:311-27.
2. Ribeiro LMA. A violência e o envolvimento sexual entre adultos e crianças. In: Relatório do Seminário do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos; 2002 junho 06-07. Belo Horizonte; 2002. p.101-3.
3. Minayo MCS. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde; 2005. p.9-42.
4. Pascolat G, Santos CFL, Campos ECR, Valdez LCO, Busato D, Marinho DH. Abuso físico: o perfil do agressor e da criança vitimizada. *J Pediatr.* 2001; 1:35-40.
5. Martins CBG, Mello Jorge MHP. Violência física contra menores de 15 anos: estudo epidemiológico em cidade do sul do Brasil. *Rev Bras Epidemiol.* 2009; 3:325-37.
6. Donoso MTV. Representações sociais das famílias sobre violência física na infância como forma de educação [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Medicina da UFMG; 2006.
7. Tourinho JOS. Tutela jurídico-penal da infância e da juventude: dos maus-tratos. [Citado em 2010 mar. 10]. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>
8. Tomás CA. A transformação da infância e da educação: algumas reflexões históricas. *Paideia.* 2001; 20:69-72.
9. Ariès P. Uma instituição nova: o colégio. In: Ariès P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC; 1981. p.110-111.
10. Kohan WO. Infância e educação em Platão. *Educ Pesq.* 2003; 1:11-26.
11. Ariès P. Uma instituição nova: o colégio. In: Ariès P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC; 1981. p.175-82.
12. Badinter E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985. p.53-83.
13. Donzelot J. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal; 1980. p.5-48.
14. Chambouleyron R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Del Priore M. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto; 2004. p.5-83.
15. Cunha MV. A escola contra a família. In: Lopes EMT, Faria Filho LM, Veiga CG. Quinhentos anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica; 2000. p.447-68.
16. Nunes C. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: Lopes EMT, Faria Filho LM, Veiga CG. Quinhentos anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica; 2000. p.371-98.
17. Gouveia F. Estatuto da Criança e do Adolescente faz 15 anos. [Citado em 2010 mar. 30]. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br>